



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 26 de junho de 2014
(03.07)
(OR. en)

11315/14

COPEN 182
EJN 67
EUROJUST 123

NOTA

de: Kornelios Korneliou, Embaixador, Representante Permanente, Representação Permanente de Chipre junto da União Europeia

Data de receção: 11 de junho de 2014

para: Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral, Conselho da União Europeia

Assunto: Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho de 27 de novembro de 2008 respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas

– Notificação de Chipre

No cumprimento das obrigações que incumbem à República de Chipre em virtude da Decisão-Quadro em epígrafe, envio em anexo as declarações/notificações pertinentes da República de Chipre e o texto da sua Lei de 2014 respeitante à Aplicação do Princípio do Reconhecimento Mútuo às Sentenças e Decisões relativas à Liberdade Condicional para efeitos da Fiscalização das Medidas de Vigilância e das Sanções Alternativas.

(Fórmula de cortesia)

(assin.) Kornelios Korneliou

Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho de 27 de novembro de 2008 respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas

(1) Notificação nos termos do artigo 3.º da Decisão-Quadro

Autoridades competentes

a) Nos casos em que a República de Chipre é o Estado de emissão:

– a autoridade competente para emitir decisões é a instância penal ou distrital que tiver proferido a sentença;

b) Nos casos em que a República de Chipre é o Estado de execução:

– a autoridade competente para a execução de uma decisão de outro Estado-Membro é a instância distrital em cuja área de competência territorial tenha residência legal ou habitual a pessoa contra a qual a sentença tiver sido proferida noutro Estado-Membro,

– a autoridade competente para assegurar a fiscalização da medida de vigilância ou das sanções alternativas é o Ministério, a secção ou o serviço competente da República do Chipre, conforme o caso.

c) O Ministério da Justiça e da Ordem Pública ajuda as autoridades competentes para emitir e executar a decisão, na transmissão e receção da sentença e com a correspondência oficial.

(2) Notificação nos termos do artigo 5.º, n.º 4, da Decisão-Quadro

A autoridade de execução competente da República de Chipre pode consentir na transmissão de uma sentença proferida noutro Estado-Membro e, consoante o caso, de uma decisão relativa à liberdade condicional, apenas se a pessoa condenada for residente legal e habitual na República de Chipre e tiver regressado ou pretender regressar ao país.

(3) Notificação nos termos do artigo 14.º, n.º 3, da Decisão-Quadro

A República do Chipre declara que, para todos os casos referidos no artigo 14.º, n.º 3, não assume a responsabilidade por tomar decisões subsequentes em caso de incumprimento de medidas de vigilância ou sanções alternativas por parte da pessoa condenada ou caso esta cometa nova infração penal. Nesses casos, a competência será transferida de novo para a autoridade competente do Estado-Membro de emissão.

4) Notificação nos termos do artigo 21.º da Decisão-Quadro

A República de Chipre declara que aceitará todos os documentos (sentença e certidão) redigidos em grego, em ambas as línguas oficiais da República de Chipre, ou em inglês.
